



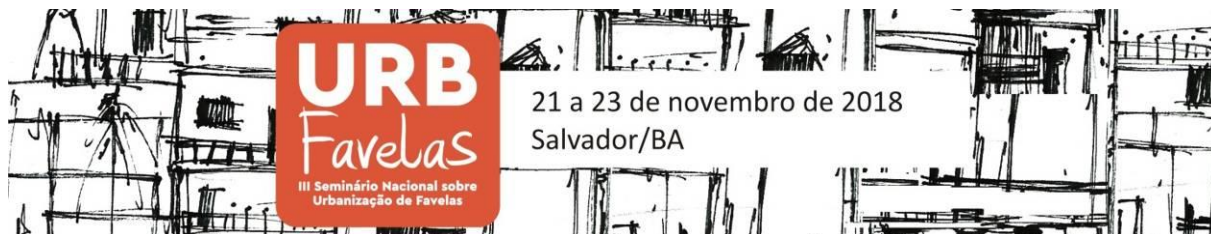
III SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS - URBFAVELAS  
Salvador - BA - Brasil

---

ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM SÃO JOÃO DEL-REI (MG): A REFORMA DA CASA DA ANNA  
PAULA

**Livia Ribeiro Abreu Muchinelli** (Universidade Federal de São João del-Re) - [Liviamuchinelli@ufsj.edu.br](mailto:Liviamuchinelli@ufsj.edu.br)  
*Professora/pesquisadora*

**Maria Eliza Manzano Moraes** (Universidade Federal de São João del-Re) - [Maria\\_eliza\\_moraes@hotmail.com](mailto:Maria_eliza_moraes@hotmail.com)  
*Estudante*



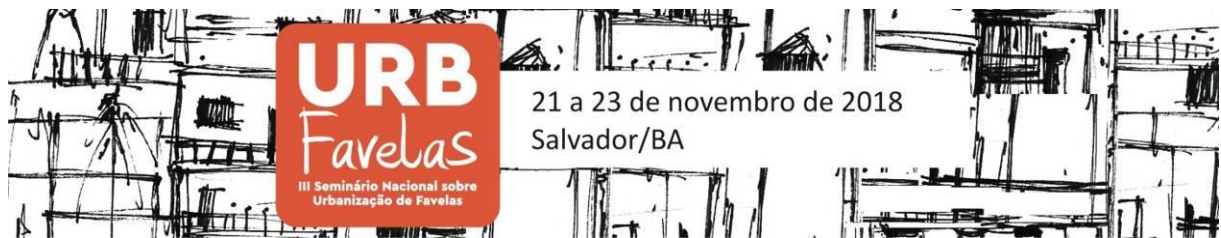
## **ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM SÃO JOÃO DEL-REI (MG): A REFORMA DA CASA DA ANNA PAULA**

### **RESUMO:**

O presente trabalho destaca um ponto da caminhada do ‘Grupo de Estudos e Proposições sobre Habitação de Interesse Social oficial e não oficial na cidade’ (GEPHIS) – projeto de extensão do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) – que tem o objetivo de analisar as condições da produção habitacional no município sede daquela Universidade e, futuramente, propor um elemento de prestação de assistência técnica na cidade. Entre as ações do Grupo, que foi criado recentemente, a aproximação com outros projetos relacionados a esta temática dentro do Curso, no caso, o “Suporte Arquitetônico para demandas populares”, e de uma iniciativa social, o escritório Arquitetas Nômades, resultou numa intervenção prática extensionista na reforma de uma residência, a qual se pretende discutir no texto. Da mesma forma, destacar a relevância dessa atuação no bairro, que foi autoconstruído, por meio de mutirões, e a atuação de projetos de extensão naquela cidade.

**Palavras-chave:** Assistência Técnica; Habitação de Interesse Social; Projeto de Extensão.

ST-5: Outras Práticas Sociais em Favelas, Bairros e Assentamentos



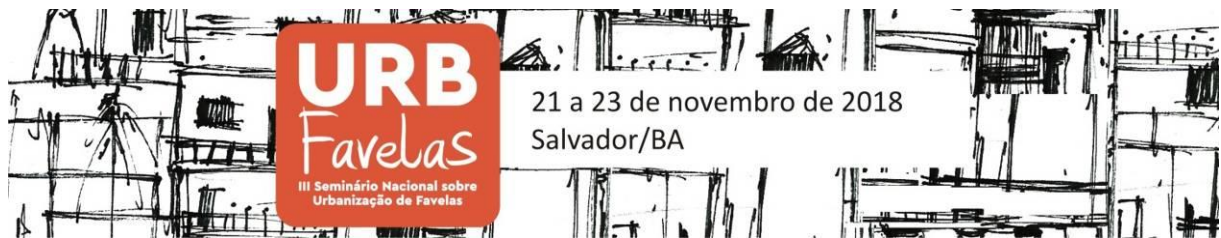
## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho visa apresentar a atuação do ‘Grupo de Estudos e Proposições sobre Habitação de Interesse Social oficial e não oficial na cidade’ (GEPHIS) – projeto de extensão do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) – junto a um outro projeto, também de extensão – o “Suporte Arquitetônico para demandas populares” –, e de uma iniciativa social – o escritório Arquitetas Nômades – que resultou na reforma de uma residência, localizada no bairro São Dimas, naquela cidade.

Desta intervenção, que ocorreu no mês de maio do presente ano, o Grupo pretende tirar as bases para espelhar suas atuações futuras, pois, o principal objetivo do mesmo é, depois de analisar a situação da produção habitacional no município sede daquela Universidade, assim como o instrumental existente em nosso país, propor um elemento de prestação de assistência técnica local, criando uma espécie de escritório dentro da Instituição.

A principal referência para a citada atuação é a Lei 11.888, de 2008 (LATHIS), que busca propiciar a Assistência Técnica gratuita, às famílias com renda de até três salários mínimos, por profissionais de arquitetura, urbanismo e engenharia, para a construção, reforma e ampliação de suas residências. Segundo o texto desta Lei, estes serviços podem ser “objeto de convênio ou termo de parceria com União, Estado, Distrito Federal ou Município (...) prestados por programas de extensão universitária, por meio de escritórios-modelos ou escritórios públicos com atuação na área”, e é o que o Grupo pretende utilizar para se tornar um elemento de prestação de assistência técnica na região.

Com base nesta Lei e na experiência, o texto irá levantar as principais questões que servirão de indicativo para essa atuação futura, da mesma forma que apontar limitantes ou pontos a serem revistos. E, por outro lado, apresentar as condições em que se encontra um dos bairros daquela localidade, destacando a forma como ele foi construído, o que dialoga com as possibilidades de atuação do GEPHIS.



## **2 O GRUPO DE ESTUDOS E PROPOSIÇÕES SOBRE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL OFICIAL E NÃO OFICIAL NA CIDADE (GEPHIS)**

O ‘Grupo de Estudos e Proposições sobre Habitação de Interesse Social oficial e não oficial na cidade’ (GEPHIS), foi criado no ano de 2015 e interrompido devido ao afastamento de sua coordenadora, mas retomou as atividades em abril de 2017. O GEPHIS se originou do interesse de diferentes pessoas pela área da habitação social, que é, em geral, uma das mais negligenciadas nas escolas de arquitetura; e, por outro lado, muito relevante nas cidades – devido ao grande número de habitações que são construídas de forma autônoma, sem qualquer auxílio técnico-profissional, principalmente nas áreas onde vive a população de mais baixa renda.

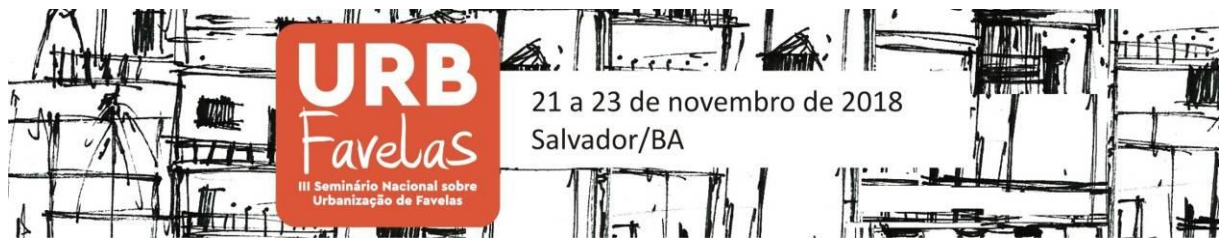
Congrega estudiosos de graduação e pós-graduação sobre a produção oficial (governamental) e não oficial de HIS no município, que já debatem em suas pesquisas o que a autoconstrução representa nas aglomerações urbanas e também os projetos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) do governo federal, que São João del-Rei, como várias outras no país, recebeu. Com base nelas, pode-se dizer que os programas habitacionais, em especial o PMCMV, não correspondem às reais necessidades das famílias – em consonância com as pesquisas a respeito do Programa<sup>1</sup> – nem solucionam o déficit habitacional. De acordo com os órgãos oficiais<sup>2</sup>, a contabilização do déficit abarca, também, as condições físicas das residências, as quais poderiam ser melhoradas com assistência técnica, ao invés de se construírem novas unidades habitacionais, já que muitas residências continuam sendo erguidas de forma autônoma.

O GEPHIS tem como base, desde o início, a análise das condições da produção habitacional – governamental ou autoconstruída – no município de São João del-Rei. E, a partir disso, visa subsidiar ou se tornar ele próprio um ponto de referência para a prestação de assistência técnica em Arquitetura e Urbanismo. Para tanto, vem buscando uma maneira de auxiliar os

---

<sup>1</sup> Desde o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida diferentes autores veem apontando para suas incoerências, no país todo, o que também foi trabalho na tese de doutorado de uma das autoras (MUCHINELLI, 2017) e em artigos produzidos por ela a respeito das condições dos principais empreendimentos do PMCMV no município (MUCHINELLI et al, 2015).

<sup>2</sup> PlaNHab, 2009.



órgãos públicos no desenvolvimento de metodologias participativas de levantamento, análise e resolução dos problemas nos conjuntos produzidos oficialmente, assim como na materialização de uma metodologia para orientar a proposição de novos objetos como estes – o que só pode acontecer se os papéis de cada instituição estiverem definidos claramente. Por isso, como iniciativa acadêmica, começou a pautar suas ações no estudo da LATHIS e em exemplos de sua aplicação em algumas cidades; da mesma forma, procurou a prefeitura municipal para conhecer a maneira como os processos na área de habitação de interesse social se dão.

Ciente do aumentando das pesquisas sobre este tema dentro do Curso, seja com a realização de Trabalhos Finais de Graduação, por exemplo – que, em alguns casos, estão se tornando pesquisas de pós-graduação (mestrado) – ou com a ampliação de ações dentro das unidades curriculares do mesmo, com foco na assistência técnica, o GEPHIS foi se estruturando para congrega estas iniciativas de forma a potencializá-las, para, em conjunto, tornarem-se um escritório técnico dentro da Universidade, em parceria com a prefeitura municipal, como extensão universitária.

Uma delas é o Projeto de Extensão ‘Suporte arquitetônico para demandas populares’, que capta exemplos para serem utilizados em um dos estúdios intermediários do Curso, que são suas unidades curriculares práticas. Após um contato inicial com este Projeto, as reuniões passaram a ser realizadas congregando os integrantes dos dois grupos, que, então, passaram a estudar a LATHIS e os exemplos de sua aplicação juntos – considerando-se que esta é a base legal para tal atuação, e por acreditarem que a metodologia empregada capacita os estudantes para atuarem como arquitetos urbanistas futuramente. As demandas captadas, por sua vez, começaram a ser analisadas conjuntamente para o desenvolvimento dos projetos arquitetônicos.

As análises das demandas e condições financeiras dos moradores são trazidas em levantamentos fotográficos e físicos pelos alunos; as considerações iniciais são feitas pela coordenadora do GEPHIS e, em seguida, abertas às contribuições dos presentes, depois, levadas ao coordenador do projeto “Suporte arquitetônico para demandas populares” para sua ciência. Depois de formuladas, as propostas, que ainda se limitavam ao estudo preliminar, não



se aprofundando em orçamentos ou definição de materiais, eram encaminhadas aos solicitantes, que por sua conta dariam direcionamento à intervenção.

A partir dessa união informal dos dois grupos, seus integrantes se aprofundaram nas pesquisas acerca da realidade administrativa de São João del-Rei, incentivando a institucionalização de uma proposta de assistência técnica local para indicar como a Universidade se encaixaria para contribuir; bem como, os exemplos de outras cidades. Porém, num primeiro momento não perceberam interesse, ou sequer, conhecimento dos órgãos públicos sobre a LATHIS. O município, nos últimos anos, vem despendendo suas energias, prioritariamente, na realização de empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida.

Tendo isso como base, os grupos continuam estudando para contribuir com esta discussão no município, assim como debater metodologias de intervenção, tanto internamente, quanto externamente. No ano de 2015 foi realizada a 1ª edição do Seminário de Habitação de Interesse Social (SHIS) pelo GEPHIS, no âmbito de uma unidade curricular prática – o estúdio avançado “Habitação de Interesse Social”, da qual participaram discentes do Curso de Arquitetura e Urbanismo e professores da UFSJ e de outras instituições, que debateram o Direito à Cidade. No segundo semestre de 2017, agora com o auxílio dos membros do Projeto de Extensão ‘Suporte arquitetônico para demandas populares’, foi efetivada sua 2ª edição.

Figura 01: palestra profa. Daniela Abritta (UFSJ) no I SHIS



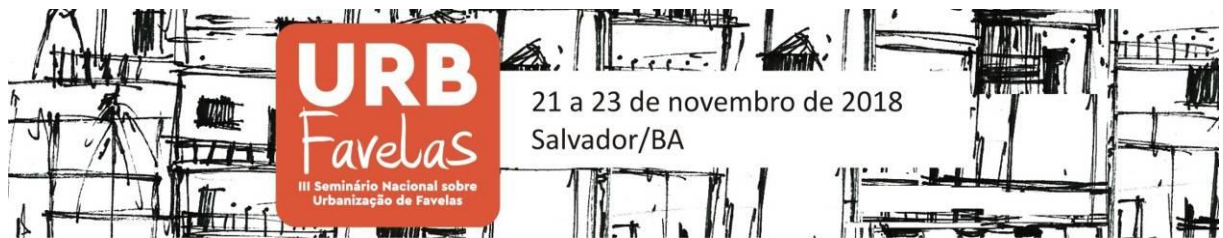
Fonte: GEPHIS

Figura 02: palestra profa. Letícia Zambrano (UFJF) no I SHIS



Fonte: GEPHIS

O II SHIS se dividiu em 4 (quatro) módulos – realizados no início dos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro. Cada módulo contou com a participação de profissionais da área de arquitetura e urbanismo que atuam com assistência técnica, seja pelo viés acadêmico



(professor, residentes, etc) ou em escritórios, como profissionais liberais. Ao primeiro módulo do II SHIS compareceram arquitetos que trabalham no escritório Usina CTAH especializado em assistência técnica; ao segundo módulo, arquitetos da ONG Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais; ao terceiro módulo, uma professora universitária e um profissional liberal; e, ao quarto e último, mais uma professora e um profissional com especialização em assistência técnica pela UFBA. Foram convidados desde os estudantes do Curso de Arquitetura e Urbanismo, assim como de outros cursos da UFSJ e de programas de pós-graduação da mesma; até representantes da sociedade civil, integrantes de movimentos de moradia da região (considerando-se que em São João del-Rei não há um movimento de moradia instituído), relacionados às pesquisas de pós-graduação mencionadas anteriormente; e, também a comunidade interna e externa à Universidade, projetando esta temática.

Figura 03: Ícaro Vilaça e Larissa Viana (USINA CTAH) – Módulo 1



Figura 04: Caio Santo Amore e Maria Rita Horigoshi (PEABIRU) – Módulo 2



Fonte: GEPHIS

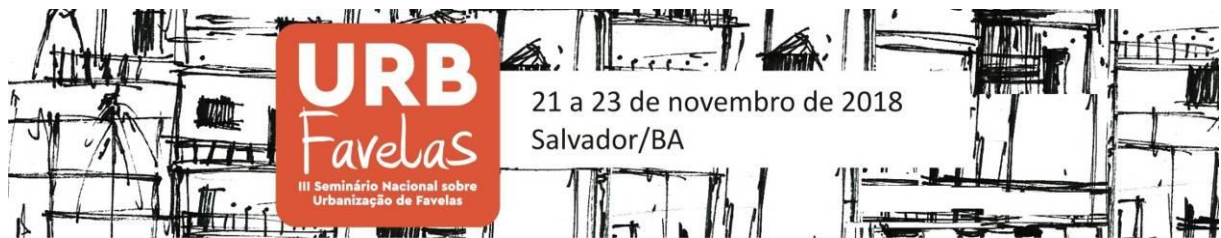
Figura 05: Demetre Anastassakis e Claudia Pires – Módulo 3



Figura 06: Luciana Andrade (UFRJ) e Fabrício Zanolí (UFBA) – Módulo 4



Fonte: GEPHIS

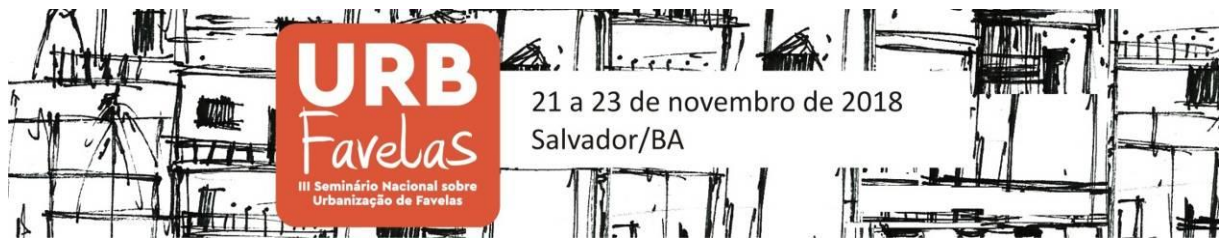


Em cada módulo do II SHIS foi discutido o tema da habitação social de forma diferente, mas com destaque para as desigualdades em relação à moradia no país e o relevo da atuação de arquitetos urbanistas, universidade e sociedade coletivamente para transformar esta realidade. Além disso, foi possível investigar a metodologia de arquitetos e escritórios atuantes na área – em especial a forma como ocorre a participação da população na elaboração dos projetos. Todavia, constatou-se que não existe uma metodologia ideal e que ela varia de acordo com cada situação. Da mesma forma, percebeu-se que o relacionamento com a população interessada vai muito além do projeto e da construção do espaço; pode começar antes, na obtenção dos terrenos, financiamentos e diálogos com empresas e governo, assim como no incentivo da coesão e solidariedade interna do grupo.

Do Seminário também se pôde afirmar que, para uma nova prática na arquitetura da habitação de interesse social, são necessárias novas relações de produção, por meio de processos contra-hegemônicos e alternativos à lógica do capital, incluindo o acesso à terra (que envolva salários justos, que abarquem no pacote o acesso à habitação e renda aos profissionais que trabalhem com este tema). Também foram apontados os negócios sociais como forma de solucionar o déficit habitacional qualitativo, sem a dependência de grandes financiamentos; assim como a importância da atuação nas entidades de classe, como CAU e IAB, e universidades, que transmitiram otimismo em relação ao futuro da habitação de interesse social no país.

Após o II SHIS, o GEPHIS manteve as discussões, entrando no ano de 2018 com novo fôlego. Passou a registrar suas experiências em congressos e outros eventos, a exemplo do III Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas, a fim de trocar experiências. Além disso, desde o começo do semestre começou a firmar novas parcerias, assimilando metodologias de grupos de fora da Universidade, a fim de estender sua atuação de forma mais consistente e também se fazer conhecido na cidade. Em fevereiro do presente ano iniciou uma parceria com o escritório de iniciativa social 'Arquitetas Nômades', após discussões para se estruturar uma metodologia de trabalho conjunta. Esta iniciativa atua na reforma de habitações e, para conseguir recursos para reformá-las, faz campanhas digitais de financiamento coletivo.





O primeiro fruto da parceria que envolveu o GEPHIS, o Projeto de Extensão “Suporte Arquitetônico para demandas populares” e o escritório será detalhado ao longo do texto. E, com base nele, já está sendo pensada para o próximo semestre, a atuação integrada de toda a equipe, em uma unidade curricular do Curso, ministrada pela coordenadora do GEPHIS, de forma a se ter uma atuação prática de assistência técnica em arquitetura e urbanismo, à qual se somarão ainda mais duas professoras do mesmo Curso.

### 3 LATHIS

Como já mencionado, o GEPHIS se originou do interesse de diferentes pessoas pela área da habitação social, uma das mais negligenciadas nas escolas de arquitetura, mas, também, muito relevante, já que, nas cidades é elevado o número de habitações construídas sem qualquer auxílio técnico-profissional, principalmente nas áreas de mais baixa renda. E, como os programas habitacionais oficiais realizados ao longo da história do nosso país não abrangem o problema habitacional como um todo, a autoconstrução continua sendo a forma encontrada pela população para solucionar seu problema habitacional em seu tempo livre<sup>3</sup>, como discutem diversos autores<sup>4</sup>.

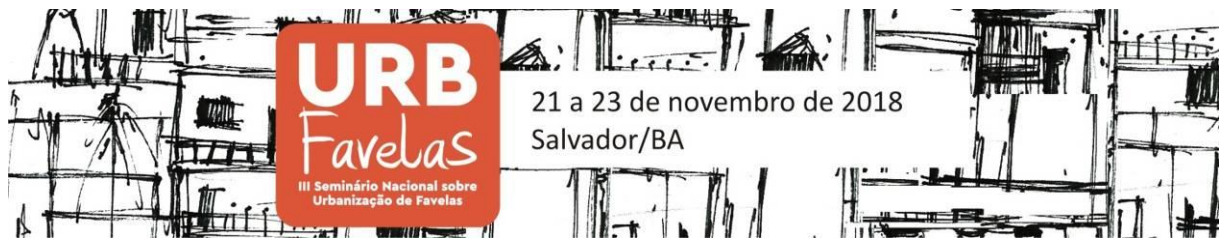
Na década de 1980, no contexto de discussão da Reforma Urbana, surgem movimentos de luta pela moradia integrados por profissionais, sindicatos e estudantes, assim como ações pontuais de assessoria técnica, inspiradas pelos nossos vizinhos uruguaios e argentinos. Estas ações resultaram na consolidação de escritórios que atuam até hoje com este foco e, também, na confecção de legislação para assegurar algum tipo de orientação àqueles que tentam, com seus próprios recursos, muitas vezes escassos, edificar suas próprias residências.

Quase simultaneamente ao PMCMV, em 2008, foi criada a Lei 11.888, inspirada pelas lutas citadas acima, para proporcionar Assistência Técnica gratuita às famílias com renda de até

---

<sup>3</sup> Este tema é estudado por diferentes autores, desde a década de 1970/80 (a exemplo da própria Maricato), que demonstram que os trabalhadores se utilizam do seu tempo livre nos finais de semana, que seriam de descanso e lazer, para realizar a autoconstrução, classificando esta situação como sobretrabalho, já que há superexploração do trabalhador ao ser obrigado produzir moradia – direito fundamental – nestes horários. (CARDOSO E SANTO AMORE, 2018).

<sup>4</sup> Diversos autores discutem esta questão, em especial, Ermínia Maricato, em vários de seus textos, como o trecho acima que está em MARICATO, 1982.



três salários mínimos por um profissional de arquitetura e urbanismo ou engenharia, para a construção, reforma e ampliação de suas residências. Esta Lei, que passou a ser conhecida como LATHIS, visa colaborar para a melhoria da qualidade de vida nas cidades brasileiras e com a sustentabilidade das moradias e de seu entorno.

Como demonstrado em outro trabalho<sup>5</sup>, a LATHIS indica a moradia como um direito, conforme exposto pelo artigo 1º – assim como a cidade –, visando melhorar os espaços construídos no processo de urbanização brasileira. Da mesma forma, esta Lei busca a ampliação e a democratização do mercado de trabalho para arquitetos urbanistas e engenheiros, os profissionais que contribuem para a cadeia construtiva dos novos assentamentos populacionais, assim como a construção de novas políticas de ocupação e gestão do território, priorizando a inclusão social e a conservação ambiental (IAB BR, 2010).

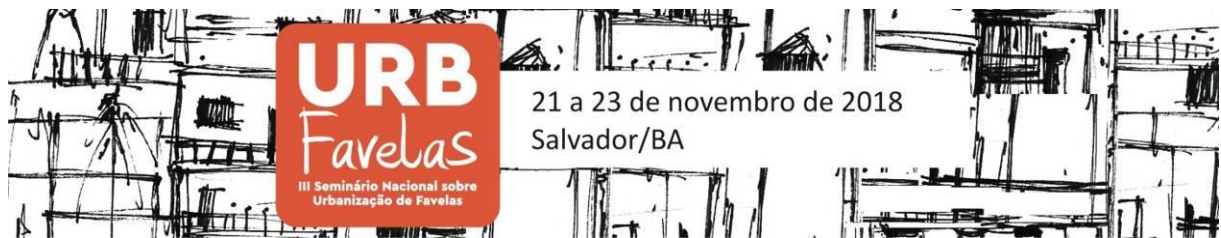
O IAB em seu ‘Manual para a Implantação da Assistência Técnica elaborado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil’, de 2010, compara a LATHIS a outros serviços públicos oferecidos à população, como a Assistência à Saúde pelo Serviço Único de Saúde (SUS), e, para tanto, os recursos advindos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) seriam fonte orçamentária, dentro do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). Para a efetivação da LATHIS, são necessárias ações conjuntas de diversos atores sociais, e caberia às prefeituras municipais, por exemplo, a organização da demanda e cadastro dos beneficiários, assim como a solicitação de fundos através das diretrizes dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS), em consonância com os Planos Diretores.

Apesar disso, poucos municípios brasileiros a adotaram, após ter entrado em vigor, devido a diversos fatores<sup>6</sup>. Por outro lado, já ocorreu a efetivação da lei de assessoramento em ações junto ao PMCMV-Entidades, Conselhos Regionais, Sindicatos de Arquitetura e parcerias junto ao meio universitário, que prevê a possibilidade de realização de programas de capacitação aos profissionais, residência – como acontece na Universidade Federal da Bahia – e de extensão universitária – como

---

<sup>5</sup> MUCHINELLI, Livia R. A; et al. Grupo de Estudos e Proposições sobre Habitação de Interesse Social oficial e não oficial na cidade (GEPHIS). In: 8º congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Nata – RN. 2018.

<sup>6</sup> Autores como Camacho (2016) ressaltam que os fatores que dificultam sua aplicação podem ser relativos à regulamentação de fundos específicos, adequação da estrutura administrativa municipal, interesse e disponibilidade de profissionais de arquitetura e engenharia, vinculação à outras políticas; outros como Baltazar e Kapp (2016), mencionam a terminologia, que pode aludir a um assistencialismo.



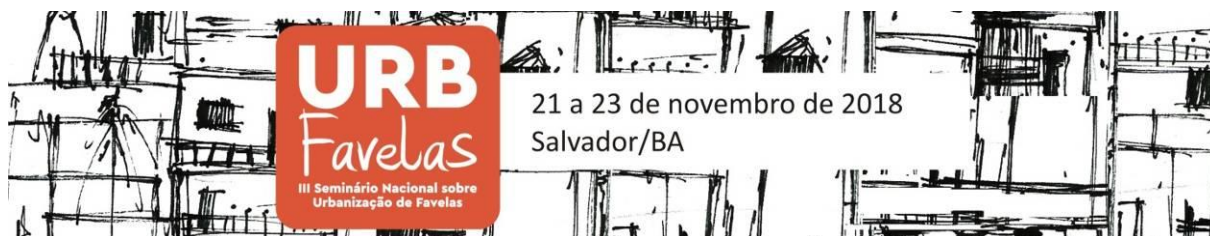
previsto na UFSJ. Acredita-se, por isso, que a assistência técnica, como pesquisa e extensão, pode ser um meio de arquitetos urbanistas, não só exercerem o papel de articulador do conhecimento técnico entre universidade e comunidades, mas de transformadores das cidades brasileiras.

#### **4 UMA AÇÃO NO BAIRRO SÃO DIMAS: A REFORMA DA CASA DA ANNA PAULA**

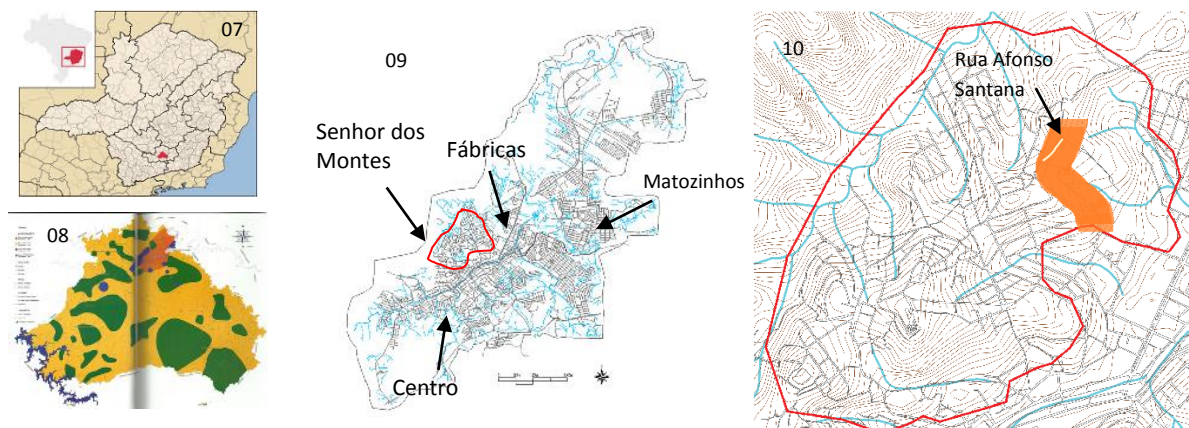
A fim de situar a ação, faz-se necessário um pequeno retorno à história do bairro em que ela se deu. De acordo com a revista confeccionada como trabalho final do estúdio avançado ‘Moradia e cidade: Modernidade e atraso’, em 2014, em sua página 4, “o terreno onde se localiza o bairro São Dimas (...) era usado como caminho por tropeiros, comerciantes e produtores rurais” que atravessavam o município e era conhecido como ‘Lava Pés’, pois os mesmos se lavavam antes de entrar na cidade. (Hoje o bairro fica situado dentro da região administrativa ‘Senhor dos Montes’). Já:

*“nos primeiros anos do século XX, a prefeitura de São João Del-Rei destinou parte de um dos terrenos que possuía na região para a construção de moradias, porém se limitou a repassar lotes para famílias de baixa renda, sem controle formal algum sobre a ação, porém foi durante os primeiros anos da década de 1960 que o bairro deu início ao seu povoamento, e desde então, vem passando por diferentes etapas constitutivas”. (pág. 4)*

O princípio da ocupação da região se deu por famílias que vieram à procura de trabalho nas fábricas de tecidos, instituições de ensino e na rede ferroviária, e a escolha daquela área para ocupação teve influência pela proximidade dos eixos em que se localizavam estes objetos (Centro, bairros Fábricas e Matozinhos). Na época não havia qualquer infraestrutura ou acompanhamento técnico e estes “primeiros moradores foram os responsáveis por abrir e demarcar as ruas e realizar a autoconstrução de equipamentos urbanos e moradias” (pág. 4) nos lotes, que foram obtidos por aforamento.



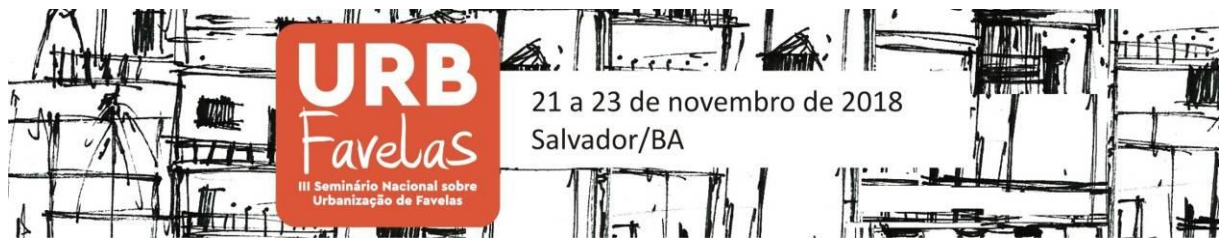
Figuras 07, 08, 09 e 10: Localização do município, da zona urbana, da região administrativa Senhor dos Montes e do bairro São Dimas no município de São João del-Rei, respectivamente



Fonte: GEPHIS, 2018.

A partir da década de 1980, junto com a expansão da cidade, o bairro vai se adensando “e com o apoio da igreja, a comunidade começa a se unir para resolver os problemas da falta de água e de moradias adequadas” (pág. 4), pois a prefeitura ainda não reconhecia o bairro, nem se responsabilizava pelas obras de infraestrutura. As primeiras obras foram realizadas com o trabalho da própria população, que arrecadou verbas para a construção de um poço artesiano para o abastecimento local. Porém, graças à falta de verba dos moradores para administrar tal poço, o Departamento Autônomo Municipal de Água e Esgoto (DAMAE) se tornou, então, responsável por abastecer a população e a direcionar água para outros bairros, secando o poço, fazendo a população do São Dimas a voltar a ter problemas de abastecimento.

Ainda segundo a revista, a escassez de água nas casas da rua Afonso Santana (principal via do bairro; construída, em grande parte, por mutirão) e no poço artesiano construído do bairro, fez com que os moradores buscassem apoio para o abastecimento da então Fundação Universitária de São João del-Rei (hoje UFSJ), da Associação de Moradores e de uma ONG alemã, que se tornou ‘Projeto Lava Pés’ – em 1996 e, com a verba da referida ONG, foi aberto outro poço artesiano e construída a rede de água e esgoto para os moradores do bairro. Este poço, depois, também teve sua administração repassada para o DAMAE e os moradores, além de terem que pagar pelo serviço, tiveram sua água repassada para outros bairros da



cidade. Apesar disso, esta ação serviu para pontuar o início da relação dos moradores com a Universidade.

Outros problemas surgiram com o tempo na região do bairro São Dimas, agora em relação à temática ambiental. Desde os primeiros anos do novo século, a população vem lutando pela contenção das voçorocas que existem no bairro. Com o aumento destas, algumas casas já apresentam risco de desabamento a partir de 2004, então o Núcleo de Investigação em Justiça Ambiental (NINJA), junto com a Associação de bairro, convocou os moradores para uma passeata até a prefeitura com o objetivo de entregar um abaixo assinado ao prefeito – que por sua vez, buscou auxílio da Universidade e do projeto Maria de Bairro para fazer a contenção, ainda de forma paliativa.

O estúdio avançado que produziu o material de referência desta contextualização, voltou-se a conhecer e discutir a realidade do bairro e à formulação de instrumentos legais e técnicos para a sua regulamentação, por meio de uma análise físico-espacial da cidade e do mesmo, identificando características físicas e urbanísticas. Com base nisso, percebeu-se que o mesmo está em uma região marcada por conflitos socioambientais (precariedade urbana, eixo de expansão da cidade, inadequação habitacional, etc). Assim, se delineou um “plano de zoneamento local, para definir a função social da propriedade e do desenvolvimento urbano, de acordo com o modelo de ordenamento territorial e diretrizes já existentes” (sic), como resultado do estúdio – considerando-se que no Plano Diretor do município não há uma clara definição de áreas de especial interesse social, o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) é muito superficial, e não existe Lei de uso e Ocupação do Solo na cidade. Entretanto, esta não foi a única unidade curricular a se aproximar do bairro.

Nos últimos anos, outras atividades foram realizadas no local, desde estúdios a projetos de extensão se utilizam daquele território como ‘locus’ de atuação. O que chegou a incentivar a concepção de um programa de extensão, que visa, de forma interdisciplinar, discutir os problemas relacionados à proximidade com voçorocas e áreas de relevância de preservação cultural e ambiental – baseada no histórico de luta daquela população que, além de tudo,



mantém vivas tradições culturais da cidade, como o congado, etc. O Programa<sup>7</sup> procura integrar as ações de sua área de abrangência, comunidades e atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFSJ, tendo como ponto de partida os conflitos de uso e gestão do centro comunitário do bairro, que foi construído dentro do terreno da UFSJ,.

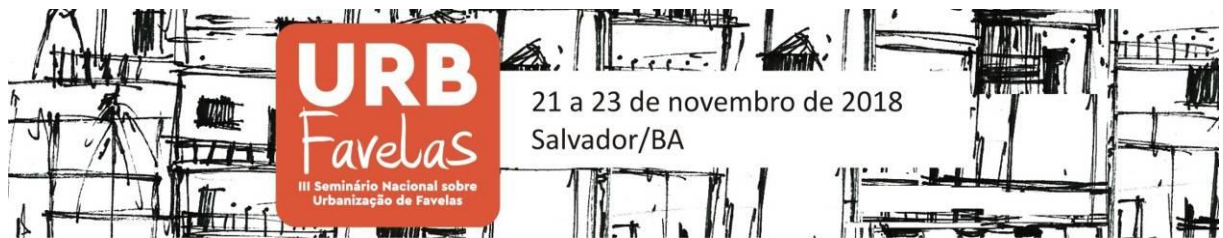
O principal objetivo daquela proposta, que ainda está em andamento, é a criação de um parque urbano, salvaguardado por leis federais, estaduais e municipais; fortalecidas pelas pesquisas acadêmicas e participação social a fim de fortalecer os laços comunitários, “fundamentais ao enfrentamento dos problemas intrínsecos à cidades em expansão”, de acordo com o texto apresentado à Pró-Reitoria de extensão da UFSJ.

No mesmo sentido do citado Programa, visando fortalecer as práticas daquela comunidade – cujas moradias foram autoconstruídas, por meio de mutirões –, e expandir a atuação da Universidade, ocorreu a ação extensionista de que trata o texto. Ao mesmo tempo que buscou dar um retorno mais imediato àqueles moradores – que tantas vezes foram objeto de estudo do meio acadêmico – propõe uma atividade que pode ser replicada, de forma a ser um elemento transformador de todo o bairro e, quem sabe, da cidade.

Primeiramente, é preciso destacar o grande interesse dos estudantes de arquitetura e urbanismo que se dispuseram a participar da obra - o que, inclusive, foi o motivo do ingresso de alguns membros no projeto de extensão; assim como de outros cursos – principalmente das engenharias existentes na UFSJ – pois integrantes de um outro projeto de extensão, o ‘Engenheiros Sem Fronteiras’, ao saberem da obra, também quiseram participar. A partir da manifestação dos alunos, foi formulada uma escala com os turnos em que cada um poderia atuar, reunindo cerca de 3 pessoas por período, que trabalhariam como serventes do pedreiro contratado pelas Arquitetas Nômades e a própria Anna Paula se prontificou a trabalhar na obra junto com os alunos. E, antes do início da obra, foi realizada uma visita por todos à casa da Anna Paula, para conhecer as condições da edificação e também, a família da mesma.

---

<sup>7</sup> PARQUE CHACRINHA: Ações transdisciplinares, planejamento urbano participativo, intervenções físicas, ambientais e culturais.



Para os discentes participantes da experiência, segundo falas expostas em reunião interna, foi bom “ver na prática” a aplicação das teorias aprendidas em sala de aula, da mesma forma que foi interessante receber conhecimentos diretamente do pedreiro responsável pela obra. Alguns estudantes mostraram, ainda, admiração pela força física que tem que ser empregada para a execução das tarefas realizadas cotidianamente pelos profissionais da construção civil.

Figura 11: antes da reforma



Figura 12: durante a reforma



Figura 13: depois da reforma



Fonte: Arquitetas Nômades

Figura 14: antes da reforma



Figura 15: durante a reforma

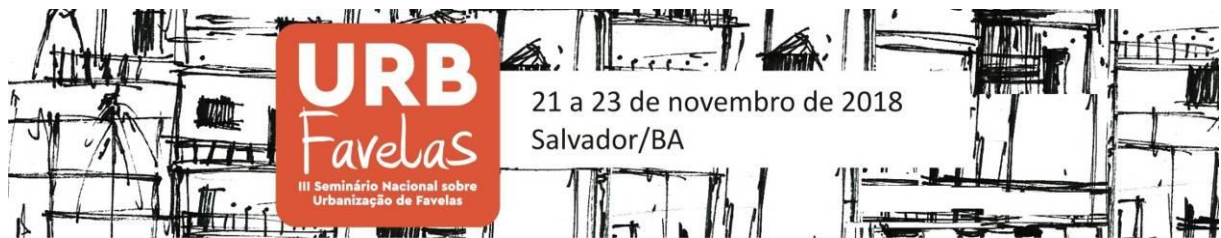


Figura 16: depois da reforma



Fonte: Arquitetas Nômades

Os alunos disseram, também, ter sentido um pouco de falta de planejamento da obra, em especial, no que diz respeito às etapas realizadas por outros profissionais que participaram pontualmente (eletricista, bombeiro, etc); pois alguns elementos, para serem executados, dependem do desmanche de outros, por exemplo e, muitas vezes, estes atuam diferentemente do que o pedreiro está acostumado, gerando desentendimentos. E, também, no tocante ao andamento da obra, já que em alguns momentos, mesmo que poucos, não havia tarefas para direcionar às pessoas, então os estudantes ficavam ociosos.



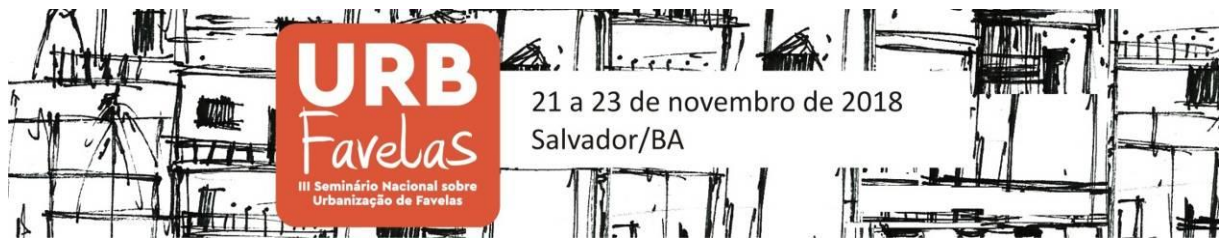
Também foi destacada a importância de se ver a realidade (a materialização do projeto), já que, nos dias atuais, as escolas de arquitetura têm dado muito valor à representação por meio de maquetes virtuais – que nem sempre condizem com o resultado final. A moradora percebeu isso, neste caso, chegando a questionar a cor de revestimentos empregados, que não condiziam com os propostos na perspectiva virtual, mas a situação foi esclarecida.

E, por fim, foi ressaltado o impacto positivo e a importância da atuação naquela comunidade, pois, além do movimento em frente à casa, as “Arquitetas Nômades” – idealizadoras e responsáveis técnicas pela ação – registraram a obra e colocaram uma placa na fachada, como deve acontecer em qualquer obra. O impacto pôde ser observado na vida da Anna Paula, em especial, que tinha manifestado interesse em trabalhar como pedreira e possivelmente, após essa experiência, venha a se capacitar e concretizar a ideia; na vida de toda a sua família, que terá de agora em diante uma casa melhor; nos vizinhos da rua, que acompanharam todo o processo, até ajudando em alguns momentos, e que podem vir a ser futuros ‘clientes’ do GEPHIS; no bairro São Dimas, que apesar de seu histórico de lutas, pode ter ganhado uma nova força para resistir às pressões que tem sofrido; e em todo o município de São João del-Rei, que, com certeza, ficou sabendo da ação e pode acreditar cada vez mais na possibilidade de arquitetos urbanistas atuarem em reformas nas periferias, onde a demanda é grande.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em primeiro lugar, pode-se destacar esta ação como elemento experimental para o GEPHIS, considerando-se todas as circunstâncias do município, que incluem a ausência de uma estrutura definida para tal. Logicamente, entende-se que não há um modelo ideal para a aplicação da LATHIS e cada cidade deve regulamentar a Lei conforme a sua realidade, embora ainda não seja uma pauta no município da ação. E, com certeza, esta atividade deu muitos indicativos do que será possível, num curto prazo realizar em São João del-Rei. E, como base nela, percebe-se a relevância da Academia em propor uma estrutura, que provavelmente, estará sediada dentro do seu próprio terreno, mas que, a partir de conversas com a prefeitura abarcará contrapartidas daquela instituição, inclusive no quesito físico.





Por tudo que foi exposto, a expectativa para que esta ação aconteça outras vezes é grande, pois ela intensificou a aproximação entre Universidade e cidade. Percebeu-se que esta experiência ajudou a quebrar a ideia de que as pessoas são objetos de estudo, pois elas foram/são parte da ação, e isto já é um grande indicativo de que, no futuro, se sentirão mais á vontade para procurar o GEPHIS solicitando projetos de assistência técnica.

Espera-se, por tudo isso, expandir a atuação do GEPHIS pela cidade, seja pelo estabelecimento de uma parceria fixa com a iniciativa social “Arquitetas Nômades” ou com o projeto de extensão “Suporte Arquitetônico”, ou outro(s) projeto(s) de extensão.

Além de tudo isso, os estudantes em reunião destacaram que, a ação colaborou com a despersonalização da figura dos arquitetos “donos do projeto”, mas como planejadores/integrantes das mudanças; portanto, é visível que está na hora de arquitetos urbanista e sociedade, juntos, tomarem as rédeas da questão da cidade para mudá-la para melhor, num processo integrado e participativo.

Por ser uma experiência pontual, parece que a obra não tem efeito, considerando-se o problema maior da habitação; mas, sem entrar no mérito do problema econômico e social que define a produção do espaço urbano, já se tem um horizonte de mudança.

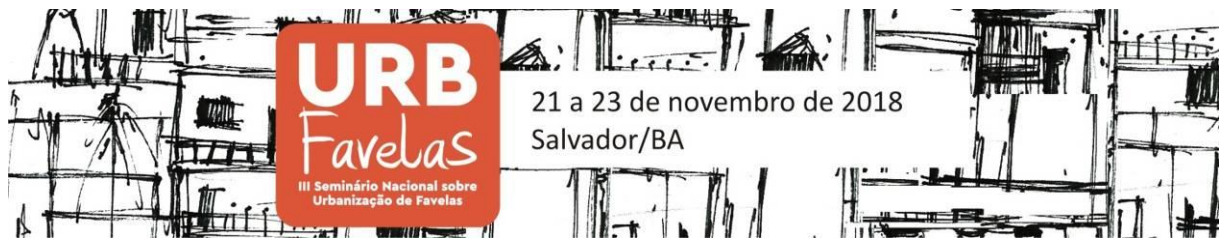
## REFERÊNCIAS

### - Capítulo de livro

MARICATO, E. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, Ermínia (org). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo.** Editora Alfa-Ômega, 2ª ed., 1982, p. 71-93.

### Monografias, dissertações e teses

CAMACHO, N. O. **A utilização da Lei nº 11.888/2008 - Lei de Assistência Técnica Pública e Gratuita – no Programa Minha Casa Minha Vida:** limites e possibilidades na pós-ocupação das unidades habitacionais. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação Mestrado em Ambiente Construído, UFJF. Juiz de Fora / MG, 2016.



MUCHINELLI, L. R. A. **PNH e PlaNHab: Contradições do Programa Minha Casa Minha Vida em Juiz de Fora – MG.** Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. 2017.

SANTOS, J. S.. **Lei da assistência técnica pública e gratuita: um estudo de aplicação para municípios paraibanos.** 2016. 118 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

SANTOS, J. L.. **Espaços Coletivos e Criação Participativa: Assessoria Técnica na Melhoria Urbanística do Residencial Dom Luciano.** 2018. (dissertação de mestrado) Programa Interdepartamental de Pós-Graduação em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS). Universidade Federal de São João del-Rei.

### Anais de eventos

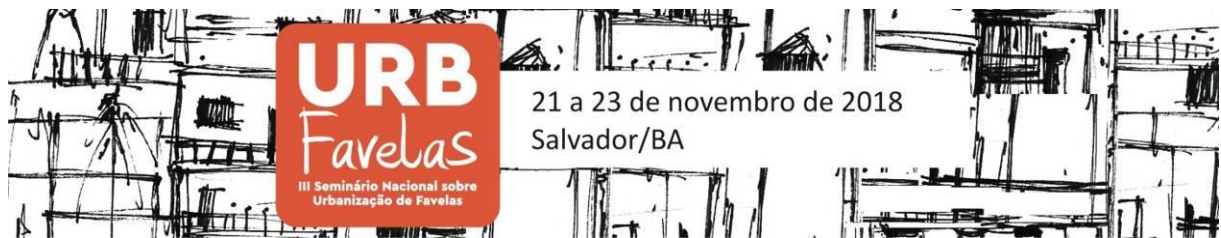
BALTAZAR, A. P.; KAPP, S. Assessoria técnica com interfaces. In: IV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO (ENANPARQ), 2016, Porto Alegre. **Anais eletrônicos:** Porto Alegre: ANPARQ, 2016. Disponível em: <<https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-4/SESSAO%2022/S22-01-BALTAZAR,%20A;%20KAPP,%20S.pdf>>. Acesso em: jun. 2018.

CARDOSO, F. S.; SANTO AMORE, C. Assessoria e Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social no Brasil. In: Xv COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA LAS CIENCIAS SOCIALES Y LA EDIFICACIÓN DE UNA SOCIEDAD POST-CAPITALISTA. UNIVERSITAT DE BARCELONA, 2018, Barcelona. **Anais eletrônicos:** 2018, Barcelona. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/XV-Coloquio/CardosoAmore.pdf>>. Acesso em: jun. 2018.

GONÇALVES, T. S.; SANTOS, J. S.. Assistência Técnica como política pública: o caso do Escritório Público de Salvador. In: III ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO (ENANPARQ), 3., 2014, São Paulo. Arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva. **Anais eletrônicos:** São Paulo: ANPARQ, 2014. p. 1 - 14. Disponível em: <[periodicos.iesp.edu.br/index.php/campodosaber/article/download/11/11](http://periodicos.iesp.edu.br/index.php/campodosaber/article/download/11/11)>. Acesso em: mai. 2018.

MUCHINELLI, L. R. A; et al. Intervenção em espaços de convivência de Habitações de Interesse Social: O Programa Minha Casa Minha Vida em São João del-Rei, MG. In: 2º SEMINÁRIO NACIONAL DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS (UrbFavelas), 2016, Rio de Janeiro. 2016. **Anais eletrônicos:** Rio de Janeiro: SISGEENCO, 2016. Disponível em: <<http://www.sisgeenco.com.br/sistema/urbfavelas/anais2016/ARQUIVOS/GT4-266-148-20160814200538.pdf>>. Acesso em: mai. 2018.

\_\_\_\_\_; LEIJOTO, J. S. Espaços coletivos e criação autogestionada: Assistência Técnica na melhoria urbanística do Conjunto Habitacional Dom Luciano. In: SIMPÓSIO



INTERNACIONAL EM ARTES, URBANIDADES E SUSTENTABILIDADE | UFSJ (SIAUS), São João del-Rei. 2017. **Anais eletrônicos:** São João del-Rei: I SIAUS, 2017, P. : 474-480. Disponível em: <<http://gtrans.ufsj.edu.br/siaus2017/proceedings.pdf>>. Acesso em: mai. 2018.

\_\_\_\_\_; et al. Grupo de Estudos e Proposições sobre Habitação de Interesse Social oficial e não oficial na cidade (GEPHIS). In: 8º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (CBEU). Natal – RN. 2018.

### **Documentos oficiais (governamentais, relatórios de pesquisa, manuais, legislação)**

BRASIL. Ministério das Cidades. **Plano Nacional de Habitação** (PlaNHab – 2009 – 2023). Brasília, 2009. Disponível em: <[http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/Publicacao\\_PlanHab\\_Capa.pdf](http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/Publicacao_PlanHab_Capa.pdf)>. Acesso em: jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei 11.888/2008** (LATHIS). Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005.

COTA, D. A.; SILVA, A. L. A. **Análise do Programa “Minha Casa, Minha Vida” em São João del Rei:** Aspectos Urbanísticos e Arquitetônicos. São João del Rei, MG - Brasil. Relatório Final de Pesquisa, 2015.

INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL (IAB BR). **Manual para a Implantação da Assistência Técnica Pública e Gratuita a Famílias de Baixa Renda para Projeto e Construção de Habitação de Interesse Social** (Cartilha) 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL-REI. **Plano local de habitação de interesse social de São João del-Rei** (PLHIS). 2010.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DEL-REI. **Lei 4.068 de 13 de novembro de 2006** (Plano Diretor do Município).

SUZANO. PREFEITURA DE SUZANO. **Habitação.** Disponível em: <<http://www.suzano.sp.gov.br/web/planejamento-urbano-e-habitacao/servicos/habitacao/>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

### **Produto de unidade curricular**

MEROTO, A J; et al. **Zoneamento Urbano:** Bairro São Dimas (Trabalho final do Estúdio Avançado “Moradia e cidade: Modernidade e atraso” - revista). São João del Rei- Minas Gerais. Dezembro/2014.